



**Título do Trabalho: Demonstração de metodologia utilizada em Pesquisa de Orçamentos Familiares de edital 156/2013 de Bambuí-MG**

**Autor (es): Frederico Leocádio Ferreira, Caroline Passatore Inácio Xavier, Myriam Angélica Dornelas, Érik Campos Dominik.**

**Palavras-chave: Metodologia, índice, cesta-básica**

**Campus: Bambuí**

**Área do Conhecimento (CNPq): Administração**

## RESUMO

Afim de estabelecer uma metodologia que representasse melhor o município de Bambuí-MG, com suas particularidades e real necessidades, uma pesquisa de orçamentos familiares foi realizada no ano de 2014, com uma amostra de 344 residências de núcleo familiar composto por até 04 pessoas, e com renda de até 03 salários mínimos. Para embasamento teórico foi feita uma pesquisa bibliográfica fora realizada com as cestas e metodologias já existentes, de instituições como o IPEAD, UFLA, UFV, dentre outras. O presente trabalho, então, tem como objetivo geral analisar a metodologia construída pelo instituto federal de Minas Gerais – *Campus* Bambuí, durante a Pesquisa de Orçamentos Familiares e variação do preço da cesta básica do município de Bambuí-MG, edital 156/2013, fomentado pelo IFMG/FAPEMIG, e compará-las com metodologias já existentes, coletadas através de pesquisa bibliográfica. A Pesquisa de Orçamentos Familiares confirmou a necessidade da inclusão de produtos de tradição regional e de outros itens essenciais não considerados em metodologias de outras instituições.

## INTRODUÇÃO

Visando estabelecer a remuneração necessária para suprir a necessidade de um trabalhador adulto nos quesitos alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, o Decreto-Lei nº399, de 30 de abril de 1938, instituiu o salário mínimo e a cesta básica nacional (Ração Nacional), com 13 produtos alimentícios nas quantidades exatas para a sobrevivência de um trabalhador adulto, sendo usada de referência no ato de consumo e para gestores públicos em políticas públicas e sociais.

Porém, haja vista as crises inflacionárias que assolaram o Brasil antes do Plano Real (GREMAUD, VASCONCELOS, TONETO Jr., 2011), criou-se a necessidade de mensurar o preço da cesta básica decretada, para assim mensurar também o real poder de compra do consumidor brasileiro.

Diversas instituições, visando uma maior representatividade de sua região, passaram a calcular também seus índices de variação de preço da cesta básica. Para chegar a ela, é preciso de uma Pesquisa de Orçamentos Familiares, para auxiliar na identificação da cesta básica local e na elaboração da metodologia utilizada no cálculo de variação dos preços; e a definição dos locais de coleta dos preços (IBGE, 2010). Um exemplo de instituição que calcula seu índice é a Fundação de Proteção ao Consumidor de São Paulo (Procon-SP), através da metodologia do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que serviu também de base para o cálculo do Índice de Variação da Cesta Básica de Bambuí-MG, calculado pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IVCB/IFMG).

Logo, a elaboração de uma metodologia própria de cálculo do IVCB/IFMG é essencial para legitimar o padrão de consumo e a variação dos preços da cesta básica do município de Bambuí-MG, de acordo com parâmetros representativos locais. Visando um norte, é importante também conhecer metodologias já existentes, conhecendo limitações e resultados já existentes de estudos sobre o assunto.

O presente resumo, então, tem como objetivo geral analisar a metodologia construída pelo instituto federal de Minas Gerais – *Campus* Bambuí, durante a Pesquisa de orçamentos familiares e variação do preço da cesta básica do município de Bambuí-MG, edital 156/2013, fomentado pelo Instituto Federal de Minas Gerais, e compará-las com metodologias já existentes, coletadas através de pesquisa bibliográfica.



O foco do resumo foi a construção de uma cesta básica para o município de Bambuí-MG e uma metodologia para o cálculo de seu índice de variação de preços. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica das cestas básicas, suas metodologias e os índices de variação de preços já existentes. Uma pesquisa bibliográfica, citando Cruz e Ribeiro (2004), consiste em um levantamento de dados referentes a trabalhos já publicados com assuntos semelhantes ao estudado, de forma a trazer conhecimentos adicionais ao pesquisador, permitindo construção de metodologias, introduções e embasamento teórico.

A pesquisa de campo desenvolveu-se no município de Bambuí, no centro-oeste de Minas Gerais, dividindo-se em coleta de dados para construção da cesta básica ampla e da cesta básica restrita (Pesquisa de orçamentos familiares), com duração de novembro a dezembro de 2013 e março a julho de 2014, respectivamente. A pesquisa de orçamentos familiares foi realizada com famílias de baixa renda no município, que recebiam até 03 salários mínimos, distribuídas em 19 bairros e 344 residências.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, Bambuí possui 8.008 domicílios (IBGE, 2011). Segundo Dominik *et al.* (2012), 47,9% das famílias possuem rendimento entre 0 a 3 salários mínimos, totalizando 3.836 domicílios. Em seguida, procurou-se calcular a proporção entre a população urbana e a população total (84,6%), resultando na população de 3.245 domicílios urbanos com renda de 0 a 3 salários mínimos. Com esses dados, foi possível a definição da amostra de 344 domicílios, baseado em sua população finita (STEVENSON, 1981), usando a Equação 01.

$$n = \frac{[Z^2 x P x Q x N]}{[(N-1) x e^2 + Z^2 x P x Q]} \quad [\text{Eq.01}]$$

Onde:

n = tamanho da amostra

Z<sup>2</sup> = nível de significância, com 95% da distribuição normal e erro de 5%

P (ou x/n) e Q (1 - x/n) = proporções de casos favoráveis e não favoráveis.

N = Tamanho da população

e<sup>2</sup> = erro amostral de 5%

Assim, foi possível a construção da pesquisa de orçamentos familiares de Bambuí (2014), sendo melhor descrita nos resultados e discussões desse resumo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), criado pelo movimento sindical brasileiro em 1959, calcula o índice de custo de vida (ICV) a partir dos produtos estabelecidos pela cesta básica do Decreto-Lei nº 399/1938, permitindo acompanhar a variação dos treze produtos da cesta mensalmente, o custo mensal da cesta básica e a mensuração do quanto uma pessoa tem que trabalhar para adquirir aos produtos da cesta, nas quantidades especificadas.

Para que o cálculo do ICV fosse possível foi preciso identificar os locais de compra preferidos pela amostra estudada, sendo divididos em 04 grupos: Supermercados (supermercados, hipermercados, mercearias, armazéns e empórios, por exemplo), feiras (feiras-livres, mercado municipal, horti-frutis,



sacolões, quitanda, frutaria, fruteiro, verdureira, feira de frutas, entre outros), açougues (açougue e casa de carne) e padarias (padaria, confeitaria, casa de pães, doceria, panificadora, posto de pão, depósito de pão, etc.) (DIEESE, 1993).

Uma coleta de preços é então realizada, tendo como base a cesta do Decreto-Lei nº399/1938. São coletados os preços de três marcas diferentes, optando pelas mais ofertadas pelo estabelecimento. Atenta-se para a padronização das medidas, por exemplo, transformando as gramas para reais, sabendo o valor da grama, para melhor processar os dados (DIEESE, 1993).

Após as coletas de preços, são calculados os preços médios dos produtos, fazendo-se uma média aritmética de todos os preços coletados, multiplicando pelo peso do local preterido pela pesquisa, obtendo-se o preço médio ponderado por produto, que multiplicado pelas quantidades, determina o custo da cesta básica (DIEESE, 1993).

Utilizando da mesma metodologia do Dieese, o Procon-SP por meio de uma POF, criou a sua própria cesta básica, com 39 produtos, 28 produtos de alimentação, 6 de limpeza doméstica e 5 de higiene pessoal (PROCON, 2016).

Aos poucos, ao longo das décadas, vários municípios foram desenvolvendo seus próprios índices de variação da cesta básica, notadamente os órgãos públicos municipais e as instituições de ensino, sendo alguns destacados a seguir.

A metodologia do Dieese para o cálculo do custo da cesta básica e suas variações de preços é a mais utilizada no País. Muitas das instituições adaptaram a sua metodologia para a realidade local ou regional. A Cesta Básica Oficial oriunda do Decreto-Lei nº 399/1938 também é muito utilizada, costumeiramente sob o nome de Cesta Básica Restrita. O restante faz adaptações de outras instituições, com o Procon-SP e IPEAD-BH, cujas pesquisas sobre cesta básica são também muito respeitadas, ou possuem a sua própria metodologia.

São exemplos de instituições que basearam suas metodologias na metodologia usada pelo DIEESE: Instituto Federal Goiano (Índice de Variação do Custo da Cesta Básica - Pires do Rio –GO), Faculdade de Horizontina – Fabor (Índice de Variação da Cesta Básica – Horizontina – RS), Universidade de Pernambuco (Índice da Cesta Básica da Cidade de Salgueiro – ICBS – Salgueiro - PE), Faculdade de Chapadão do Sul (Índice de Variação do Custo da Cesta Básica – MS), Universidade Federal Fluminense - UFF (Índice de Variação da Cesta Básica de Campos – Campos dos Goytacazes – RJ), Faculdade do Vale do Ipojuca (Índice da Cesta Básica para a Cidade de Caruaru – Caruaru – PE), Secretaria de Estado e Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Manaus (Índice de Variação da Cesta Básica –AM).

Fugindo dos exemplos acima, a Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz e a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz de Piracicaba – ESALQ/FEALQ, baseando-se na metodologia do Procon/SP, calcula o índice da cesta básica de Piracicaba (ICB), relativo a uma cesta com 33 produtos, dos quais 24 são alimentícios. O núcleo familiar foram famílias de 04 pessoas, e a coleta de preços foram realizadas semanalmente em oito supermercados, e as marcas utilizadas foram as de preço inferiores (ESALQ/FEALQ, 2009).

Um exemplo de adaptação mista, entre a metodologia do DIEESE e do Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas (IPEAD – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG), é o Índice de variação da cesta básica de consumo familiar (CBCF) e da CBC Restrita (CBCR) calculados pelo Núcleo de Estudo Econômicos e Sociais (NEES) do Centro Universitário de Sete Lagoas (UNIFEMM). Para o cálculo uma pesquisa mensal é realizada em 15 estabelecimentos, onde a cesta básica de consumo familiar equivale



a uma família de 04 pessoas e contabiliza 45 produtos (36 de alimentação), e a cesta básica restrita a um trabalhador adulto (13 produtos alimentícios) (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SETE LAGOAS, 2004). O departamento de economia da Universidade Federal de Lavras também calcula seu índice de variação do custo de cesta básica, baseando nas necessidades de uma família de 04 pessoas, com uma cesta básica de 17 produtos (CARVALHO, *et al.*, 2010).

Outras instituições também calculam o valor da cesta básica baseando-se nas necessidades de um trabalhador adulto, com base na sua cesta básica oficial, contabilizando 13 produtos alimentícios, sendo elas a Universidade Federal de Viçosa (índice de variação do custo da cesta básica – Viçosa-MG), IPEAD/UFMG (índice de variação do custo da cesta básica – Belo Horizonte – MG) e o Departamento de Economia da Universidade Federal de São João Del-Rei (índice de variação do custo da cesta básica – São João Del-Rei – MG) (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, 2013; CONHECER, 2012; FAHOR, 2009; FACHASUL, 2014; UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2010; FAVIP, 2012; SEPLAN, 2011).

O Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus Bambuí* também é um exemplo de instituição que calcula seu índice de variação de cesta básica (IVCB), com uma metodologia própria, construída com base em uma Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada em 2014, baseando-se nas necessidades de uma família de até 04 pessoas.

Para construção da POF, foi elaborada uma cesta básica ampla, através de pesquisa em um supermercado popular do município de Bambuí-MG e levantamento de cestas básicas já existentes de outros municípios, com itens que, supostamente, supriria as necessidades das famílias da amostra. Assim sendo, a cesta básica continha 77 itens, correspondentes a 52 produtos e 25 variações de quantidade.

Visando uma padronização das quantidades, foi feita uma média ponderada para saber a quantidade efetivamente consumida de cada produto em unidade de gramas, para depois fazer uma aproximação em quantidades absolutas, privilegiando os de maiores gramaturas, por ser mais compensador, e um ajuste das famílias para 04 membros (na amostra alguns casos eram de famílias com núcleo familiar de 02 a 05 pessoas). Não foram feitas distinções entre os tipos de unidades domésticas, sendo todas unidades familiares consideradas nesse estudo.

Foram incluídos na cesta básica restrita os produtos consumidos em 50% das casas ou mais, exceto aqueles casos em que se consumia outras modalidades do produto, mesmo que não constantes na cesta básica ampla, como o leite (de caixa e em pó), o biscoito (maisena e biscoito recheado) e outros produtos que somente não alcançam 50% porque são trazidos da zona rural, como o mamão. Os produtos estão dispostos na Tabela 1.

Portanto, considerando os itens mais consumidos pela população de baixa renda do município de Bambuí, através da média do consumo mensal, determinou-se a cesta básica restrita.



**TABELA 1:** Cesta básica restrita de Bambuí.

Produto		Especificação	Produto		Especificação
1	Açúcar	5 kg	26	Alho	Kg
2	Água mineral	20 litros	27	Banana prata	Kg
3	Arroz	5 kg	28	Batata	Kg
4	Biscoito água e sal	400 g	29	Cebola	Kg
5	Café	500 g	30	Cenoura	Kg
6	Caldo de galinha	114 g	31	Laranja	Kg
7	Extrato de tomate	340 g	32	Mamão	Kg
8	Farinha de mandioca	500 g	33	Repolho	Kg
9	Farinha de trigo	1 kg	34	Tomate	Kg
10	Farinha de milho	500 g	35	Carne de primeira	Kg
11	Feijão	1 kg	36	Carne de segunda	Kg
12	Fubá	1 kg	37	Linguiça Fresca	Kg
13	Leite de caixa	1 litro	38	Queijo minas	Kg
14	Biscoito maisena	400 g	39	Frango resfriado inteiro	Kg
15	Margarina	500 g	40	Absorvente	pacote 8 unidades
16	Milho	300 g	41	Creme dental	180 g
17	Macarrão instantâneo	80 g	42	Desodorante	50 ml
18	Macarrão	500 g	43	Lâmina de barbear	Unidade
19	Óleo de soja	900 ml	44	Sabonete	90 g
20	Ovos	Dz	45	Shampoo	350 ml
21	Pão de sal / francês	Kg	46	Água sanitária	1 litro
22	Polvilho	1 kg	47	Detergente	500 g
23	Sal	1 kg	48	Papel higiênico	pacote 4 unidades
24	Abóbora moranga	Kg	49	Sabão em barra	Unidade
25	Alface	Unidade	50	Sabão em pó	1 kg

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Foram retirados da cesta básica ampla: o tempero pronto (consumido por cerca de metade das famílias, mas com quantidades que não foram consideradas importantes), o limão (18%), o apresuntado (22%), o queijo mozzarella (22%) e a salsicha (40%). Foram incluídos itens de quantidades diferentes do mesmo produto no caso do macarrão (comum e instantâneo) e carne (primeira e segunda).

Os produtos de higiene e limpeza, em geral, possuem maiores percentuais que os produtos de alimentação, possivelmente por apresentarem menos alternativas de consumo.

## CONCLUSÕES

O IVCB/IFMG era baseado anteriormente nos índices de cálculo da variação da cesta básica do DIEESE e do Procon-SP. Com a realização deste trabalho, foi possível a elaboração de uma metodologia própria, com a criação da Cesta Básica do município de Bambuí-MG, que abrange os produtos essenciais para uma família de 4 pessoas que possui rendimento de até 3 salários mínimos. A POF realizada no município trouxe um relato importante acerca dos costumes alimentares e de limpeza e higiene das famílias bambuienses, confirmando a necessidade da inclusão de produtos de tradição regional e de outros itens essenciais não considerados em metodologias de outras instituições.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECRETO LEI Nº399 de 30 de abril de 1988, disponível em <  
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=12746>> Acesso em 11 de nov. de 2014.

DIEESE. **Cesta básica de alimentos metodologia DIEESE**. Disponível em <  
<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>> Acesso em 11 de dez. 2014.



DOMINIK, Érik Campos; SILVA, Neuza Maria da; LORETO, Maria das Dores Saraiva; NORONHA, José Ferreira de. Padrão de consumo familiar em diferentes estágios de ciclo de vida e níveis de renda no município de Bambuí-MG. **Oikos: Revista de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 23, n.1, p. 201-225, 2012.

FACULDADE DE CHAPADÃO DO SUL – FACHASUL. **Cálculo do custo de cesta básica de Chapadão do sul**. Disponível em: < <http://www.fachasul.com.br/wp-content/uploads/2014/10/e.pdf>> Acesso em: Maio de 2016.

FACULDADE DO VALE DO IPOJUCA – FAVIP. **Boletim mensal**: Abril de 2012. Disponível em: <[http://www.favip.edu.br/arquivos/boletim\\_icbc\\_abril2012.pdf](http://www.favip.edu.br/arquivos/boletim_icbc_abril2012.pdf)> Acesso em: Maio de 2016.

FACULDADE HORIZONTINA – FAHOR. **Boletim econômico Fahor nº5**. Disponível em: < [http://www.fahor.com.br/cursos/EC/boletins\\_economicos/BoletimEconomicoFAHOR05.pdf](http://www.fahor.com.br/cursos/EC/boletins_economicos/BoletimEconomicoFAHOR05.pdf)> Acesso em: Maio de 2016.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco A. S. de; TONETO Jr. Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares**: 2008/2009. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45130.pdf>> Acesso em: Junho de 2016.

NOCE, Adriana e MOURA, Karina. **Custo da cesta de consumo familiar de Sete Lagoas**. Centro Universitário de Sete Lagoas. Sete Lagoas, 2004. Disponível em: <[http://www.unisete.br/publicacoes/arquivos/Cesta\\_Novembro\\_2004.pdf](http://www.unisete.br/publicacoes/arquivos/Cesta_Novembro_2004.pdf)> Acesso em: 02/02/2015

PINTO, Pablo Aurélio Lacerda Almeida. **Índice da cesta básica da cidade de Salgueiro**. Universidade de Pernambuco. Pernambuco, 2013. Disponível em: <[http://www.salgueiro.pe.gov.br/noticias\\_2013/Boletim\\_ICBS\\_Julho\\_2013.pdf](http://www.salgueiro.pe.gov.br/noticias_2013/Boletim_ICBS_Julho_2013.pdf)> Acesso em: 20/02/2015.

POUSA, Liege Maria *et.al*. **Custo/Cobertura nutricional da cesta básica ESALQ/FEALQ para uma família Piracicabana**. UNIMEP. Piracicaba, \_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/7mostra/4/234.pdf>> Acesso em: Março, 2016.

PROCON/SP. **Cesta básica**: Março de 2016. Disponível em: < [http://www.procon.sp.gov.br/pdf/Cesta\\_mar%C3%A7o\\_2016.pdf](http://www.procon.sp.gov.br/pdf/Cesta_mar%C3%A7o_2016.pdf)> Acesso em: abril de 2016.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEPLAN. **Panorama geral da cesta básica**: Amazonas. Disponível em: <[http://www.seplancti.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/panorama\\_geral\\_cesta\\_basica.pdf](http://www.seplancti.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/panorama_geral_cesta_basica.pdf)> Acesso em: Maio de 2016.

SILVA, Rayanne Canedo *et. Al*. Cálculo e análise do custo da cesta básica do município de Pires do Rio, GO. **Enciclopédia Biosfera**. Lavras, V.8, n.14, pág 1676-1685, junho 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE FLUMINENSE – UFF. **Indicadores nacionais de preços ao consumidor**: Índice de cesta básica municipal. Disponível em: <<http://www.uff.br/ivspesr/images/Artigos/ST04/ST04.4%20Gustavo%20Henrique%20Naves%20Givisiez.pdf>> Acesso em: Maio de 2016.

## **Participação em Congressos, publicações e/ou pedidos de proteção intelectual:**

Artigo completo submetido à Revista Nacional de Economia Doméstica (OIKOS – Viçosa).  
Resumo expandido publicado na IV Jornada Científica do Instituto Federal de Minas Gerais – 2015.